



NITEROI/RJ

Após fiscalização de denúncia, Sindicato é acusado na polícia de perturbação do trabalho



As práticas anti-sindicais são mais comuns que muitos pensam. Dessa vez, a vítima é o Sindicato dos Vigilantes de Niterói e região (SVNIT) que foi denunciado numa delegacia por perturbação do trabalho ou sossego alheio. Isso mesmo, denunciado.

No entanto, a história começa assim. Após receber reclamações de que vigilantes trabalhavam em local insalubre e debaixo do sol de 40° nas dependências do Shopping Itaipu Multicenter, na região oceânica de Niterói, a diretoria do SVNIT foi até o local e constatou as péssimas condições de trabalho.

A empresa responsável pelo posto, a SL4 Segurança e Vigilância, foi acionada pelo Sindicato para buscar uma resolução. O supervisor da SL4 alegou que estava proibido

pela empresa de falar ou dar esclarecimentos ao Sindicato.

“Questionamos o por que do vigilante ter que trabalhar debaixo de sol forte sem qualquer tipo de proteção? São condições insalubres para a prática laboral e, para nossa surpresa, a empresa não quis dar explicações”, afirma Cláudio Vigilante, presidente do SVNIT.

Diante da negativa de um posicionamento da SL4, a diretoria do Sindicato acionou os responsáveis pelo Shopping que só apareceram após 30 minutos de espera.

O mesmo questionamento foi feito ao representante do shopping que alegou que precisava do vigilante no local para realizar a segurança. No entanto, após o Sindicato reafirmar que era necessário um local mais apropriado para o trabalho do vigilante, o representante informou que tiraria o trabalhador daquela condição insalubre até que se buscasse uma outra solução.

Problema parcialmente solucionado após denúncia da própria categoria. O Sindicato cumpriu seu papel de defensor dos interesses e direitos dos vigilantes, mas, no dia seguinte, foi surpreendido com uma denúncia feita na delegacia onde dois funcionários da empresa SL4 registraram um boletim por perturbação do trabalho e sossego alheio contra a direção do Sindicato, mencionando nominalmente

o presidente Cláudio Vigilante. No BO foram relatados pelos vigilantes diversas informações vazias, incorretas e mentirosas com intuito de imputar algum crime ao Sindicato.

“O que deixa a direção do Sindicato intrigada é entender porque foram usados dois trabalhadores para formular a denúncia junto à delegacia. Totalmente sem fundamento. Imaginamos que quem articulou isso pensa que vai impedir o Sindicato de continuar fiscalizando e atuando na defesa dos trabalhadores. Se enganaram, vamos até às últimas circunstâncias

RIO GRANDE DO NORTE

Ao final da Campanha Salarial 2020/2022, Vigilantes do RN conquistam maior piso do Nordeste



Durante essa semana, quase 300 trabalhadores que atuam na Segurança Privada do RN se reuniram para debater e aprovar o encerramento da Campanha Salarial 2020/2022. Ao todo, aconteceram três Assembleias da categoria (em Mossoró, em Caicó e em Natal) que marcaram a reta final de uma negociação difícil com a patronal, mas que trouxe vitórias muito significativas e deixou todos satisfeitos com o resultado – não à toa, todas as propostas finais foram aprovadas pela categoria por

para esclarecer os fatos à polícia e depois voltar contra quem nos acusa”, esclarece Cláudio Vigilante.

O fato está ligado diretamente à prática anti-sindical e forma de intimidar o trabalho do movimento sindical. Comum nos dias atuais, porém terão resistência. As ações cabíveis contra os autores e mandantes da denúncia à polícia já estão sendo preparadas pelo Sindicato.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói

unanimidade pelos participantes.

Foi garantido o reajuste de 9,5% do salário base, que chegou ao valor de R\$ 1.508,33. Soma-se a isso, o aumento de 19% do vale alimentação, que vai a R\$ 20,23. Com essas conquistas, os vigilantes do Rio Grande do Norte passam a ter o maior piso salarial de toda a região Nordeste e a ocupar o 11º lugar no ranking nacional.

Além dos reajustes, também foram conquistadas a manutenção das cláusulas referentes à Convenção Coletiva do Trabalho e à hora noturna reduzida – a cláusula 33 foi alvo de discussão judicial, com a tentativa da Justiça de retirá-la, mas o sindicato conseguiu manter.

Em virtude da sentença normativa do dissídio coletivo, os desembargadores, decidiram que a categoria não teria o retroativo – referente aos meses anteriores, por conta da pandemia. Devido a reforma trabalhista e a discussão no STF, sobre a inconstitucionalidade ou não do trabalho intermitente, houve a retirada da cláusula intermitente. Apesar disso, ela viabilizou a negociação do reajuste salarial e do vale alimentação. Saímos com a certeza de que esse foi o melhor acordo e que mais trouxe benefícios para a categoria.

Para o encerramento das discussões, que aconteceu na subsede do Sindsecur em Natal, estiveram presentes o Vigilante e Deputado Estadual pelo PSOL Sandro Pimentel, Iran Marcolino (da Confederação Nacional dos Vigilantes), o Presidente SindSegur Pablo Henrique, o Diretor Jurídico do SindSegur Marcio Lucena, os advogados do SindSegur Francisco Reis e Roberto Amorim, o Presidente do Sintrocern Edson Negão, e Berinho

(representando do Sindicato dos Bancários).

O acordo final, aprovado por unanimidade pela categoria, segue agora para homologação. Vale lembrar que essa negociação salarial terá vigência de dois anos, contando desde 1º de fevereiro de 2020 até 31 de janeiro de 2022, com reajuste salarial a partir do dia 1º de Fevereiro de 2021, com pagamento em Março do mesmo ano.

FONTE: SINDSEGUR

RIO GRANDE DO SUL

RUDDER É CONDENADA EM AÇÃO MOVIDA PELO SINDICATO



Uma sentença da juíza Luciane Cardoso Barzotto, da 29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, publicada segunda-feira (25), determina que a Rudder Serviços Gerais repasse os valores integrais das mensalidades e convênios dos associados ao sindicato e que a empresa pare de cometer assédio contra os trabalhadores para prejudicar atuação da entidade, ou seja, conduta antissindical.

A empresa foi condenada pela juíza a pagar multa por descumprimento de uma decisão anterior em antecipação de tutela (que exige cumprimento imediato), na medida em que

vinha repassando ao sindicato valores menores que os devidos das mensalidades e convênios, cerca de um terço dos valores, apenas.

Esses valores devem ser descontados integralmente em folha de pagamento e transferidos ao sindicato até o dia 10 de cada mês, determinou a juíza.

O sindicato denunciou também, na ação civil coletiva, que a Rudder vinha praticando condutas antissindicais, tentando colocar seus empregados contra o sindicato, enviando comunicados e pesquisas aos vigilantes com informações falsas em relação ao Sindvigilantes do Sul e seus diretores.

Sobre isso, a juíza determinou que a Rudder pare de praticar condutas antissindicais, “deixando de enviar comunicado/memorando ou enquête aos empregados no tocante à atuação do sindicato, em especial no referente à formalização de acordo coletivo de trabalho”.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

JUSTIÇA ATENDE PEDIDO DO SINDICATO E BLOQUEIA FATURAS DA CAMARGO NO SANATÓRIO PARTENON



Sindicato pediu bloqueio de fatura de todos os postos da empresa

O juiz Elson Rodrigues da Silva Júnior, da 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, atendeu o pedido do sindicato em ação coletiva e determinou, com tutela de urgência, o bloqueio das faturas e créditos da Camargo Segurança Eireli junto ao Hospital Sanatório Partenon, em Porto Alegre, até o limite de R\$ 800 mil.

Este recurso deve ser destinado ao pagamento de salários, vale-alimentação e vale-transporte em atraso, além das verbas das rescisões de contrato devidas aos vigilantes.

Cabe lembrar que, semanas antes da Camargo falir, diretores do Sindivigilantes do Sul foram muito mal recebidos por vigilantes do Sanatório Partenon, quando foram conferir as denúncias de atrasos dos pagamentos.

Esses vigilantes disseram que não precisavam do sindicato e que eles mesmos resolviam tudo direto com a empresa. Mas a Camargo fechou as portas da noite para o dia, ficaram todos

de mãos abanando, e quem está lutando para que os trabalhadores recebam seus direitos é o sindicato.

Caso não haja mais faturas a serem bloqueadas, o juiz determinou a penhora de créditos de outro processo da empresa que tramita na 9ª Vara do Trabalho.

Decisões favoráveis

A Justiça também já decidiu favoravelmente ao bloqueio de faturas do Centro Administrativo Fernando Ferrari (Caff) e do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (Cete). Nos próximos dias devem ser despachadas as decisões para os demais postos.

Ao mesmo tempo que encaminhou ações coletivas à Justiça Trabalhista, o sindicato enviou ofício à direção de TODOS os postos que a Camargo detinha, pedindo o bloqueio das faturas e o pagamento direto dos vigilantes. Apenas a direção do Cais do Porto respondeu afirmativamente, semana passada, comprometendo-se a pagar direto os trabalhadores nos primeiros dias de fevereiro.

Centro Administrativo

Num ofício encaminhado ao Caff dia 10 de novembro, diante dos atrasos que já vinham ocorrendo, a assessoria jurídica do sindicato fez a mesma solicitação: bloqueio de faturas e pagamento direto. Mas o Caff se negou a fazer o pagamento direto dos vigilantes e destinou o recurso de uma fatura bloqueada ao pagamento de outros trabalhadores, de um processo antigo da Alerta.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Guedes quer novo programa de corte de jornadas e salários e pode usar recursos do FAT

Pressionado pela classe patronal, o Ministério da Economia, de Paulo Guedes, estuda usar dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para pagar trabalhadores, numa tentativa de compensar a suspensão de contratos e a redução de jornada de trabalho



ministro da Economia, Paulo Guedes (Foto: REUTERS/Adriano Machado.)

Pressionado pela classe empresarial, o Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes, estuda reeditar a medida que liberou a assinatura de acordos individuais para suspender contratos ou reduzir jornada e salários de trabalhadores. Haveria uma compensação parcial em dinheiro paga pelo governo, uma espécie de antecipação do seguro-desemprego. Uma das opções da pasta prevê uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), responsável pelo custeio do seguro-desemprego e do abono salarial.

A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Os relatos foram publicados pelo jornal Folha de S.Paulo.

O governo decretou estado de calamidade pública no passado e implementou o programa que permitia a suspensão de contratos e reduções de 25%, 50% ou 70% nas jornadas, com corte proporcional de salário. Em compensação, o trabalhador afetado recebia um valor proporcional ao que teria direito de seguro-desemprego.

Os cortes de jornadas e salários foram prorrogados algumas vezes, acabaram em dezembro após a celebração de 20 milhões de acordos feitos entre aproximadamente 10 milhões de trabalhadores e 1,5 milhão de empresários, apontou um monitoramento do Ministério da Economia.

Fonte: 247

Funcionários do Banco do Brasil decidem cruzar os braços nesta sexta

A paralisação é contra a proposta de o governo fechar 112 agências e desligar cinco mil funcionários



Funcionários do Banco do Brasil programam para esta sexta-feira (29/1) um dia de paralisação nacional em protesto às medidas de reestruturação anunciada pela instituição nos últimos dias. O governo quer fechar 112 agências e desligar 5 mil funcionários.

O presidente Jair Bolsonaro chegou a avaliar demitir o presidente do banco, André Brandão, devido à repercussão da medida, mas recuou após pedido do ministro da Economia, Paulo Guedes.

A decisão de fazer uma paralisação de 24 horas, nesta sexta-feira, foi tomada na última segunda (25/1) em assembleia virtual de funcionários do banco. Segundo nota do Sindicato dos Bancários de Brasília, durante um dia os trabalhadores cruzarão os braços em manifestação à proposta de reestruturação da instituição anunciada recentemente. Uma das principais críticas dos funcionários é a redução salarial de até 40%.

O presidente do Sindicato, Kleyton Moraes,

disse ao Metrôpoles que a paralisação vai envolver todos os estados.

“A perspectiva é de revertermos essa desestruturação com fechamento de agências e demissão em massa, principalmente com a evolução da entrada em cena também de atores sociais e políticos em defesa do Banco do Brasil como instituição pública indissociável da vida dos brasileiros e do processo de desenvolvimento do nosso país”, pontua Moraes.

Essa paralisação faz parte de um calendário nacional de luta contra a privatização do banco. “Temos como objetivo avisar toda a população que vai ficar desassistida dos serviços bancários, uma vez que vários municípios brasileiros têm apenas a nossa agência em operação. Isso obriga o pequeno agricultor, por exemplo, andar dias e mais dias em busca de uma operação”, completou o presidente.

O BB informou ao mercado a decisão sobre a reestruturação no último dia 11 de janeiro. A medida, conforme o banco, visa ganhos de eficiência operacional. A estimativa é economizar R\$ 353 milhões em 2021 e R\$ 2,7 bilhões, até 2025. Uma das metas da instituição é reduzir as agências físicas e reforçar a sua presença digital. O banco tem hoje 22 milhões de clientes digitais e quer conquistar mais 5,5 milhões em 2021. As medidas levantaram suspeitas de que o banco se prepara para uma privatização, mas o presidente Jair Bolsonaro já disse diversas vezes que isso não ocorrerá em seu governo.

FONTE: METROPOLES - TALITA LAURINO

Com Covid dobra pagamento do auxílio doença: problemas respiratórios crescem 166%

Baseado nos dados da Previdência Social, Fetquim estima que 4 milhões de trabalhadores segurados foram, na prática, contaminados



AGÊNCIA BRASIL

Com forte subnotificação e a falta gritante da perícia médica, ainda assim, os benefícios concedidos por problemas respiratórios saltaram de 19,3 mil em 2019 para 51,3 mil no ano de 2020, segundo dados abertos da Previdência - um crescimento de 166%.

Os dados gerais da contaminação e mortes por Covid-19 no Brasil são gritantes: 220 mil mortes, e 8 milhões de contaminados. Sabendo que metade da população brasileira é segurada pela Previdência, podemos estimar que 4 milhões de trabalhadores segurados foram na prática contaminados.

Segundo a Federação dos Trabalhadores do Ramo Químicos da CUT do Estado de São Paulo (Fetquim) sem dúvida esses números

são a ponta do “iceberg” da realidade do adoecimento no Brasil. Em dezembro, a defasagem de benefícios no INSS por falta de perícias deixaram os segurados sem proteção, uma verdadeira crueldade.

Só entre profissionais de saúde no Brasil como um todo já tivemos 460 mil profissionais contaminados. E os números da Previdência, subnotificados e por falta da perícia médica estão prejudicando os segurados como um todo. Sem falar que continuam represados mais de 1,7 milhões de benefícios, sendo metade de auxílio doença tanto comum como acidentário.

No setor do petróleo até meados deste mês de janeiro de 2021 tínhamos 4.415 trabalhadores contaminados e dezenas de

trabalhadores afastados, segundo informes da FUP, um contaminado a cada 10 petroleiros. No setor químico na pesquisa realizada em junho, pela UNB/Fetquim, entre 10 trabalhadores contaminados constatamos que seis deles tiveram o contágio comunitário a partir do local de trabalho.

A Fetquim-CUT tomou uma iniciativa importante de buscar informações quanto à defasagem de reconhecimento dos benefícios acidentários, por meio do deputado federal e ex-ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e está aguardando informações do INSS.

Para Ailton Cano, coordenador da Fetquim-CUT, “é o momento de continuar pressionando pelo impeachment do Bolsonaro, como foi a manifestação do último final de semana (23 e 24/ 01), a ampliação urgente da vacinação para toda a população e a retomada do auxílio emergencial, além do reconhecimento dos benefícios previdenciários negados cotidianamente pelo INSS.”

Para André Alves, Secretário de Saúde da Fetquim CUT/Intersindical, “ não podemos deixar cair os cuidados com os problemas da Covid. Os números de afastados por problemas respiratórios decorrentes da doença deverão crescer e precisamos continuar cobrar da previdência o respeito aos direitos dos trabalhadores.

O dirigente alertou ainda que as centenas de agrotóxicos liberados pelo governo Bolsonaro, e proibidos em outros países, durante esses dois últimos anos, contribuirão para aumentar os problemas respiratórios.

“Devemos continuar exigindo a vacinação para todos, e não ficar neste fogo cruzado entre Dória { governador de São Paulo } e Bolsonaro quanto à disputa oportunista pela vacina, pois os trabalhadores estão trabalhando intensamente 24 horas por dia no setor químico e inclusive nos finais de semana, daí a necessidade da Vacinação já para todos”, alertou.

O Secretário Geral do Sindicato dos Químicos ABC, Paulo José dos Santos, o

‘Paulão’, afirma que “ a falta da perícia médica prejudica todos os segurados, na aquisição de qualquer benefício. O governo Bolsonaro, é um governo dos patrões, e tem por objetivo prejudicar a vida de todos e salvar seus filhos. Em vez de fazer concurso coloca militares na Previdência, sem experiência técnica, e faltam milhares de técnicos da previdência para fazer a previdência andar, além da falta de médicos”.

“Ao cortar a perícia, prossegue Paulão, o governo fez com que os trabalhadores procurassem a internet para ter direito a benefícios, mas metade dos trabalhadores tem dificuldade em acessar essa tecnologia. Bolsonaro está quebrando e prejudicando os brasileiros. E recentemente tem a questão vergonhosa da compra milionária de Leite condensado em todo o ano de 2020, que poderia ter sido usada para comprar vacina que falta ou mesmo continuar pagando o auxílio emergencial para todos.”

Com informações da Assessoria Previdencia e Saúde, Fetquim-CUT, Previdencia - BEPs (10/2020), Agora e Extra.

Fonte: CUT - Fetquim

NOTA DE PESAR



Com muito pesar, comunicamos o falecimento do companheiro Manoel Messias dos Santos, diretor do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas,

na manhã de ontem, dia 28/01/2021, em virtude de complicações renais.

Nos solidarizamos com a dor da família e dos companheiros vigilantes de Alagoas.

Manoel, sempre leal e dedicado será lembrado por todos nós.

Que Deus o receba na sua misericórdia.

Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV

Projeto suspende portaria que proíbe cobrança de contribuição sindical de servidor

O Projeto de Decreto Legislativo 438/20 suspende portaria (21.595/20) do Ministério da Economia que proíbe a cobrança da contribuição sindical de servidores públicos federais. De acordo com a portaria, a cobrança só poderá ser feita após a edição de lei sobre o recolhimento, desde que autorizado pelo servidor, em favor da entidade representativa de seus interesses



André Figueiredo, autor da proposta

O pedido de suspensão foi apresentado pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE) à Câmara dos Deputados.

O parlamentar argumenta que a portaria contraria a Lei 8.112/90, que garante o desconto sindical na folha de pagamento, sem ônus para a entidade sindical.

“A portaria impõe uma restrição desproporcional, que é a edição de lei que preveja a opção pelo servidor. Ocorre que tal limitação, além de não encontrar amparo legal, fere o princípio da autonomia dos Poderes, visto que não o Poder Legislativo não pode ser constrangido a exercer o seu papel”, afirma Figueiredo.

O deputado diz ainda que a portaria impede o exercício da livre associação sindical. “Diante da inexistência de lei regulamentadora, não

há previsão que garanta o adimplemento das prestações sindicais pelos servidores públicos. Ou seja, o servidor e as entidades sindicais foram colocados em uma situação de completa ausência regulatória, que causa insegurança jurídica e ameaça a atividade sindical.”

Tramitação

O projeto será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votado pelo Plenário.

Reportagem – Noéli Nobre

Edição – Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF